



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros do  
**SINDICAL SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE SANTA CATARINA - APUFSC**  
Florianópolis

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **APUFSC - SINDICAL SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE SANTA CATARINA (Sindicato)**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2023** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pela ressalva descrita no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **APUFSC - SINDICAL SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE SANTA CATARINA** em **31 de dezembro de 2023**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2023, a **APUFSC - SINDICAL SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE SANTA CATARINA** possuía registrada no Imobilizado o montante de R\$ 4.453.661,86 (R\$4.444.999,37 em 31 de dezembro de 2022) e na conta de Depreciação o valor de R\$ 2.134.703,65 (R\$ 1.948.965,53 em 31 de dezembro de 2022). Durante a auditoria das demonstrações contábeis, ao confrontar o relatório de controle patrimonial com os saldos contábeis apresentados, identificamos divergências significativas nos valores líquidos de R\$ 30.870,56, referentes a bens imóveis, e de R\$ 224.468,84, referentes a bens móveis. Adicionalmente, constatamos as seguintes irregularidades: Bens registrados de forma agrupada, comprometendo a individualização e controle adequado dos ativos. Depreciações calculadas utilizando a taxa da Receita



Federal, em vez de serem baseadas na vida útil dos bens, conforme preconizado pelas normas contábeis. Ausência de consideração do valor residual no cálculo da depreciação, resultando em distorções nos valores registrados. Não realização do inventário patrimonial referente ao ano de 2023, o que compromete a veracidade e integridade dos saldos apresentados. Falta de realização do teste de *Impairment*, essencial para a avaliação da recuperabilidade dos ativos. Essas falhas podem afetar significativamente a exatidão e a confiabilidade das demonstrações financeiras. Em virtude dessas questões, ressalvamos esta rubrica e recomendamos que as devidas correções e procedimentos sejam realizados para assegurar a conformidade com as normas contábeis e a representação fiel da situação patrimonial do sindicato.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **Sindicato**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Outros Assuntos

### Valores Correspondentes ao exercício de 2022

Os valores correspondentes ao exercício de 2022, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sendo emitido na data de 17 de setembro de 2024, relatório com modificação de opinião, com a seguinte ressalva: ***A APUFSC - SINDICAL SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE SANTA CATARINA possuía registrada no Imobilizado o montante de R\$ 3.306.431,06 (R\$ 3.306.431,06 em 31 de dezembro de 2021) e na conta de Depreciação o valor de R\$ 1.171.727,41 (R\$ 1.948.965,53 em 31 de dezembro de 2021). Durante a auditoria das demonstrações contábeis, ao confrontar o relatório de controle patrimonial com os saldos contábeis apresentados, identificamos divergências significativas nos valores líquidos de R\$ 30.870,56, referentes a bens imóveis, e de R\$ 204.897,48, referentes a bens móveis. Adicionalmente, constatamos as seguintes irregularidades: Bens registrados de forma agrupada, comprometendo a individualização e controle adequado dos ativos. Depreciações calculadas utilizando a taxa da Receita Federal, em vez de serem baseadas na vida útil dos bens, conforme preconizado pelas normas contábeis. Ausência de consideração do valor residual no cálculo da depreciação, resultando em distorções nos valores registrados. Não realização do inventário patrimonial referente ao ano de 2022, o que compromete a veracidade e integridade dos saldos***



*apresentados. Falta de realização do teste de Impairment, essencial para a avaliação da recuperabilidade dos ativos. Essas falhas podem afetar significativamente a exatidão e a confiabilidade das demonstrações financeiras. Em virtude dessas questões, ressalvamos esta rubrica e recomendamos que as devidas correções e procedimentos sejam realizados para assegurar a conformidade com as normas contábeis e a representação fiel da situação patrimonial do sindicato.*

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **Sindicato** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **Sindicato** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Sindicato** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Sindicato**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Sindicato**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Sindicato a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



AUDITORES  
INDEPENDENTES  
Desde 1976

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis (SC), 17 de setembro de 2024.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Guilherme Luis Silva  
Diretor  
CRC/SC 19.408/O-2